



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
GABINETE DO VEREADOR YURI MOURA

LIDO

EM: ____ / ____ / ____

1º SECRETÁRIO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCESSO Nº 8889/2021

SOLICITA AO EXECUTIVO
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA
PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E
TRANSPORTES-CPTRANS

O vereador YURI MOURA, infra-assinado, satisfeitas as formalidades regimentais, com base no Inciso XIV do Art. 78 da LOM, solicita as seguintes informações:

Diga a Companhia Petropolitana quais providências foram adotadas no âmbito desta administração sobre o seguintes episódios:

1 - Sobre o fato carro de número 3031, PLACA LSD7B63 da viação Cidade das Hortências esteve circulando, aparentemente, sem a documentação regular, conforme disciplina a legislação de trânsito e transporte. A circunstância foi noticiada a esta Companhia em 28/09/2021, por meio do ofício GVYM Nº 565/2021 e, até esta data, não respondido.

2 - Sobre o grave acidente de trânsito no dia 29 de agosto do ano corrente, envolvendo o **coletivo 2030**, que fazia a linha 422 (Amazonas), no qual colidiu em via pública, caindo no canal fluvial do Rio Quitandinha, na altura da Ponte Fones, com forte indícios de ausência do cobrador naquele veículo, em descumprimento a lei municipal 7.243/2014. Fato também noticiado a CPTRANS por este vereador por meio do Ofício 433/2021, igualmente ignorado.

Requer ainda, sejam remetidas a este gabinete a cópia integral dos processos administrativos eventualmente deflagrados para o atendimento ao disposto nos parágrafos anteriores.

JUSTIFICATIVA

Prima facie, importa destacar que a Constituição Federal outorga ao Poder Legislativo a incumbência de fiscalizar a municipalidade, conforme se extrai do *caput* do artigo 31 da Carta Magna, *in verbis*:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Ademais, está planamente em vigor a Lei Municipal nº 7.243, de 30/10/2014. Nela encontra-se a vedação do que vem sendo praticado pelas empresas de ônibus e devidamente constado pelos membros do Poder Legislativo Municipal. A norma municipal assim preleciona:

Art. 1º Fica proibido às empresas concessionárias e permissionárias de Transporte Coletivo Urbano no Município de Petrópolis, incumbir aos motoristas a atribuição simultânea de sua

função com a função de cobrador, em todos os coletivos.

A norma também prevê as sanções administrativas para o descumprimento das vedações lá aventadas:

Art. 2º Caberá ao poder concedente, por seus órgãos competentes, fiscalizar o fiel cumprimento ao disposto nesta Lei, aplicando às empresas concessionárias e permissionárias que a descumprir, as seguintes penalidades:

- I - advertência escrita na primeira notificação, com prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de defesa por parte da empresa infratora;
- II - multa de 100 (cem) UFPE's em caso de reincidência, decorrido o prazo previsto no inciso anterior ou indeferido o respectivo recurso;
- III - diante da continuidade do descumprimento desta Lei, após comprovada reincidência com aplicação de multa transitada em julgado, fica autorizada a Prefeitura Municipal de Petrópolis a cassar a concessão e permissão da empresa infratora.

Sala das Sessões, 29 de Outubro de 2021


YURI MOURA
Vereador